



SINDICATO DOS AUDITORES FISCAIS
DA RECEITA DO ESTADO DO PARANÁ

NOTIFISCO

Jornal dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná

Ano XXXIII | Nº 208 | Fevereiro de 2016

Rua Alferes Ângelo Sampaio, 2580 - Bigorriho - CEP 80730-460 - Curitiba-PR

Fisco



Alterações na lei que trata da carreira de Auditor são aprovadas pelo Legislativo

p. 4 e 5

Fisco



Categoria fiscal
impulsiona retomada
do crescimento do
Paraná

p. 7

Legislação



Projeto que altera o
teto do funcionalismo
ainda tramita no
Congresso

p. 8

Nacional



Mobilizações
do Fisco no
Congresso
Nacional

p. 10

PGP-PR



Lançamento do
PGP-PR traz o Trabalho
como desafio das políticas
públicas em 2016

p. 14 e 15

Social

Aberto o prazo de
retirada dos convites
do Dia Internacional
da Mulher

p. 20

Editorial

Palavras da diretoria

Prezados Filiados

Este é o último ano da nossa gestão e o iniciamos com o compromisso de resolver as pendências financeiras que insistem em levar preocupações e insatisfações aos nossos filiados. Entre elas, as dos aposentados e pensionistas (as 3.300 quotas e os bolões) e as dos ativos (os bolões retidos em 50% e os vencidos e não pagos).

Durante os dois anos que se passaram, enfrentamos dificuldades nunca existidas. Em 2014, tivemos dois secretários, Sra. Jozélia e Sr. Sebastiani. Ambos foram incitados a resolver as citadas pendências, mas o tempo, possivelmente, não lhes permitiu. Já no início de 2015, tivemos um novo secretário, Sr. Mauro Ricardo M. Costa, pessoa totalmente nova em nosso meio. Mesmo assim, logo após sua posse e antes daqueles desastrosos acontecimentos no Centro Cívico, tivemos reunião com ele, ocasião em que demos conhecimento das pendências que, até ali, não lhe eram conhecidas.

Paralelamente ao incidente político ocorrido em abril de 2015, estavam as denúncias de corrupção (Operação Publicano) e a campanha difamatória e irresponsável desenvolvida por uma rede de comunicação contra o nosso Sindicato, na tentativa absur-

da de presumirem que nossa entidade estaria envolvida em lavagem de dinheiro para a campanha política de 2014.

Mesmo convivendo com essas dificuldades, conseguimos com que os efeitos financeiros das promoções ocorridas em 2014 fossem implementados.

Seguramente, não vamos deixar as coisas como estão. Continuaremos buscando, por todos os meios – inclusive o judicial, se necessário –, soluções para todas as pendências, pois quem criou este passivo foi a própria administração fazendária.

Na parte administrativa e social, os dois últimos anos foram bem aproveitados em termos de recuperação física do nosso patrimônio. As reformas da colônia e do hotel estão praticamente prontas, restando somente algumas obras relativas à segurança, tais como: para-raios, sistema anti-incêndio e melhorias nos pisos externos dos imóveis em Guaratuba, além da reserva *on-line*, que está em fase final de implantação.

Devemos, ainda, retomar as obras em Porto Rico e melhorar as estruturas das nossas sedes regionais.

Vale lembrar que haverá eleições neste ano e que devemos buscar sempre a união de todos em torno do nosso Sindicato.

Expediente

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente:

José Carlos Carvalho

Vice-presidente Sindical:

Wanderci Polaquini

Vice-presidente de Administração:

Nilce Costa de Oliveira Nascentes

Vice-presidente de Finanças:

Olávio Pires Pereira

Vice-presidente de Aposentados e

Pensionistas: Delcídes Toneli

SUPLENTES

Sérgio Luiz de Oliveira Franco; Pedro Luiz de Paula Neto; Cláudio Tosatto; Clóvis Agenor Rogge.

CONSELHO FISCAL

Ghefferson Tavares; Murilo Ferreira Wallbach; Fernando Rogério Lenzi; Luiz Fernandes de Moraes Junior; Carlos Alberto Stadler.

SUPLENTES

Domingos Casselli Mansani; Luiz Ciruelos Sobrinho; José Antonio Sarturi.

CONSELHO DE REPRESENTANTES SINDICAIS

Agenor Carvalho Dias; Reginaldo de França; Carlos Alberto Tomé Coradi; João Marcos de Souza; Cesar Augusto Konart; Fernando Takeshi Ishikawa; Ricardo de Freitas; Ademir de Andrade; José Carlos Endlich; Odair Miguel Belato; Manoel Marques Neto; Wagner de Faria Lima; Genildo Duffeck Tibes; Paulo Sérgio Chagas Terra; Osni Vito; Rejane Carla Fuhr Bonamigo; Plínio Luiz Faedo; Ademar Caetano da Silva.

SUPLENTES

Acácio Biu Filho; Sandra Regina Alves; Joaquim Antonio da Silva Maia; João Marcos Tripoli; Salvador Raymundo Marin; Evaldo Ernesto Casagrande; Lauro Luiz Vasconcellos Costa; Wilson Rogério Krepsz; Jacir Ailton da Silveira; Márcio Antonio Ribeiro Rosa Mazini; José Carlos Guidotti; Luiz Antonio Marqueze; Edson Akinori Molimoto; Ignês Bruchez; Renato José Brisola; Lúcia Ana Pinquello; Fred Muniz; Erson Lopes da Silva.

SINDAFEP | 41 3221-5300

ABRIDOR DE LATAS

| www.abridordelatas.com.br
41 3026-0630

EQUIPE DE REDAÇÃO:

Guilherme Mikami (SRTE 9458/PR)
Larissa Amorim (SRTE 9459/PR)
Larissa Knaipp
Rebeca Mileski

PROJETO GRÁFICO: Guilherme Mikami

DIAGRAMAÇÃO: Larissa Knaipp

TIRAGEM: 2.500 exemplares

Falecimentos

JOSE NASSER	04/09/2015
ACLACY KLINGELFUS	01/11/2015
MARIA NAZARETH ANTUNES PEREIRA PONCE	18/12/2015
CAMILO KIRA	30/12/2015
JOSE FAUSTO BORBA MAIA	16/01/2016
EVALDO JOSE MAGALHAES	24/01/2016
VITOR PIGHI NETO	24/01/2016
NEY TIBELETTI	04/02/2016
MARIA DE LOURDES NASCIMENTO VICENINE	10/02/2016

Artigo:

Pessoas como cobaias

Desde os primórdios, deduzimos um sistema de ensino e aprendizado para que os seres humanos conhecessem experiências alheias e não repetissem desgraças.

No campo do Direito, não presumir culpa sem investigar, acusar com fatos claros e bem determinados, e processar assegurando direito de defesa e juiz imparcial pareciam conquistas que se solidificariam nos ditos Estados Democráticos de Direito.

A denominada “segurança jurídica” repousava na intocabilidade dos princípios do “direito adquirido”, “ato jurídico perfeito” e da “coisa julgada”. O “devido processo legal” com “inviolabilidade da honra e intimidade das pessoas”, entre tantos, foram pontos aplaudidos quando gestada a Constituição Federal (CF) de 1988, tanto que Ulisses rotulou-a, e parece que ninguém sabe por onde anda, “Constituição Cidadã”, que de tanto desrespeito deve ter subido ao mitológico Monte Olimpo, levando consigo o Código de Processo Penal e outras cautelas le-



gais a reboque, deixando-nos ao sabor do arbítrio. Assim, se a massa ignara aplaude, tudo pode!

Quando aparece, com seus méritos e excessos, uma “revolução lava jato”, com métodos próprios, parindo perigosos precedentes, enquanto tribunais vivem dias de Pilatos, surgem arremedos paupérrimos como a “Operação Publicano” no Paraná, que acompanhamos de perto, também entre aplausos de supostos acertos, lágrimas e ranger de dentes pelos erros e excessos, os direitos individuais

agredidos desafiam os tribunais superiores a se manifestarem sobre o que é legal e o que é ilegal. E muitas coisas têm sido proclamadas ilegais.

Nós, advogados da área criminal, presentes onde quer que nos chame o direito violado, testemunhamos angustiados o abandono e o desrespeito às normas constitucionais e processuais penais, que destroem famílias, reputações e sonhos de pessoas, antes mesmo de formada a culpa. Garimpando palavras em nossa riquíssima língua portuguesa para expressar esse raciocínio, não encontramos outras: terrorismo de Estado contra cidadãos!

Nesse recuo do Direito brasileiro ao tempo das cavernas, poderíamos ao menos nos espelhar na Medicina, que não admite utilizar pessoas como cobaias.

Não se pode excepcionar regras. Criminalidade se combate com legalidade!

“NÓS, ADVOGADOS DA ÁREA CRIMINAL, PRESENTES ONDE QUER QUE NOS CHAME O DIREITO VIOLADO, TESTEMUNHAMOS ANGUSTIADOS O ABANDONO E O DESRESPEITO ÀS NORMAS CONSTITUCIONAIS E PROCESSUAIS PENAIS.”

Elias Mattar Assad

Elias Mattar Assad

Alterações na lei que trata da carreira de Auditor são aprovadas pelo Legislativo

Recentemente, os parlamentares da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) aprovaram o Projeto de Lei Complementar (PLP) 18/2015, que institui alterações na Lei Complementar (LC) 131/2010 – sobre a carreira do Auditor Fiscal.

A proposta original, oriunda do governo do estado, continha dez medidas chamadas de “anticorrupção” para alterar diversos fatores que envolvem o trabalho do Fisco e enrijecer punições.

No entanto, com o trabalho de esclarecimento e mobilização feito pelo Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná (SINDAFEP), alguns pontos que seriam prejudiciais ao Fisco foram evitados.

“O SINDAFEP não se posicionou contra o projeto como um todo, mas em relação a alguns pontos. Acreditamos que, ainda que não de forma plena, o trabalho evitou que diversas inconstitucionalidades e quebras de



isonomia com as demais carreiras de Estado fossem introduzidas na lei, prejudicando severamente a atividade fiscal – tão essencial à manutenção do Estado e fundamental no combate à sonegação de impostos que financia a famigerada corrupção no contexto tributário”, destaca o vice-presidente sindical do SINDAFEP, Wanderci Polaquini.

A diretoria do Sindicato destaca a importância do trabalho do depu-

tado estadual e relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Luiz Romanelli, e de seus assessores jurídicos pela avaliação das alterações do ponto de vista constitucional e por analisar o tratamento isonômico em relação às demais carreiras.

A nova legislação já está disponível no site do Sindicato, no endereço: goo.gl/J4dePD.

RESPALDO

Diante da proposta de alterações na lei, uma comissão constituída para analisar o anteprojeto foi responsável por realizar um documento com sugestões e justificativas a serem encaminhadas para deliberação da categoria e, posteriormente, aos poderes Executivo e Legislativo.

“Essa comissão trabalhou no estudo da proposta do governo e chegou às alternativas que viessem a ferir

“ACREDITAMOS QUE, AINDA QUE NÃO DE FORMA PLENA, O TRABALHO EVITOU QUE DIVERSAS INCONSTITUCIONALIDADES E QUEBRAS DE ISONOMIA COM AS DEMAIS CARREIRAS DE ESTADO FOSSEM INTRODUZIDAS NA LEI, PREJUDICANDO SEVERAMENTE A ATIVIDADE FISCAL .”

Wanderci Polaquini

menos a nossa instituição, sem retirar direitos adquiridos ao longo dos anos e sem causar prejuízos às atividades do Auditor Fiscal. As propostas foram estudadas, com parecer jurídico para levarmos à Alep”, esclarece o membro da comissão Roberto Piekarczyk.

Em 1º de agosto do último ano, a categoria Fiscal participou da Assembleia Geral Extraordinária promovida pelo SINDAFEP para debater as alterações previstas para a lei e as respectivas reivindicações dos Auditores de adequações na legislação.

Na Assembleia, cerca de 170 Auditores expuseram sua opinião para construir, da melhor forma, o texto a ser levado aos deputados. As propostas foram apresentadas e votadas uma a uma, na mesma ordem do projeto do governo.

Os principais pontos defendidos na Assembleia foram manter a autonomia da Coordenação da Receita Estadual (CRE) e do Conselho Superior de Auditores Fiscais (Csaf) na sua estrutura; adequar as penalidades de forma semelhante a outras carreiras correlatas; e reestruturar as promoções dos Auditores Fiscais.

Com o respaldo da categoria, a diretoria do SINDAFEP, junto aos membros da comissão, iniciou o trabalho de mobilização em defesa dos direitos dos Auditores.

MOBILIZAÇÕES

Nos últimos cinco meses, a diretoria do Sindicato realizou um trabalho técnico nos âmbitos Legislativo e Executivo, visando esclarecer possíveis equívocos no PLP 18/2015 que, se

aprovados, ocasionariam inconstitucionalidades.

“Sempre com a maior transparência, buscamos o entendimento, não pelo consenso na acepção da palavra, mas pelo reconhecimento do direito e da justiça”, frisa Polaquini.

Ao visitar os deputados e autoridades do governo, os Auditores buscaram debater para que a apreciação da matéria pelo Legislativo ocorresse de acordo com a tendência da evolução das administrações tributárias em todo o país.

A mobilização nacional é marcada hoje pela luta em defesa da autonomia do Fisco – como na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 186/2007 – e pela possibilidade de acesso aos cargos de administração e comando por servidores com a capacidade técnica e o respeito institucional necessários.

Para a diretoria do Sindicato, seria, inclusive, “incoerente aceitar alterações completamente desvinculadas da realidade dos demais estados, enquanto, em âmbito nacional, a Fe-

deração Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) tem trabalhado na revisão final da Lei Orgânica da Administração Tributária (Loat) e traçado estratégias para a aprovação da PEC 186/2007”, afirma o vice-presidente.

Em síntese, a PEC acrescenta os parágrafos 13 e 14 ao art. 37 da CF e prevê a aprovação de lei complementar para estabelecer as atribuições, prerrogativas, direitos, garantias e obrigações das carreiras de auditoria fiscal e tributária, bem como as normas gerais para a organização e autonomia das Administrações Tributárias no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal (DF) e dos municípios.

“A corrupção é um mal a ser combatido. Porém, sob o pretexto de combatê-la, não podemos fragilizar o aparelho fiscal que combate a sonegação de impostos, que é, comprovadamente, sete vezes maior que o tamanho da corrupção, embora receba atenção mínima da sociedade e dos noticiários”, finaliza Polaquini.



CATEGORIA FISCAL ANALISA LEI EM ASSEMBLEIA

Nota de esclarecimento sobre a ação da Lei Complementar Estadual 131/2010

Incidente de Inconstitucionalidade de 1.225.403-2/2001, suscitado pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) relativamente aos arts. 151 e 153 da Lei Complementar Estadual 131/2010.

O referido incidente teve origem em ação ordinária proposta por alguns interessados nominados na ação original que pretendiam receber valores anteriores a que entendiam ter direito em face das promoções concedidas após o vencimento de interstícios, porém sem o impacto financeiro a partir daquela data.

Em sentença contrária, já em primeiro grau, a juíza da causa não só indeferiu o pedido como também entendeu que a nova lei incorreu no mesmo erro da Lei Complementar 92/2002, sobre a qual não cabe aqui emitir opinião.

Em grau de recurso, a 2ª Câmara Cível confirmou a sentença e suscitou o incidente de inconstitucionalidade sobre aqueles artigos (151 e 153).

Embora o Ministério Público (MP) tenha se manifestado pela inconstitucionalidade integral da lei, condição esta que se daria por “arrastamento” ou por atração, em consequência de preceitos não impugnados, o TJ-PR não acolheu a posição do MP e declarou inconstitucional somente aqueles artigos que, ao nosso conhecimento, são de efeitos transitórios; porém levou ao

entendimento de se conceder promoção sem aqueles requisitos do art. 36, conforme se vê nos textos a seguir transcritos:

“art. 151 – Após aplicado o disposto no art. 150, os Auditores Fiscais ativos em 06 de julho de 2002 ficam promovidos naquela data para a mesma classe em que se encontravam de acordo com a lei Complementar n. 92, de 5 de julho de 2002”.

“art. 153 – Para fins do disposto no art. 151, ficam dispensados os requisitos estabelecidos pelo art. 3”

...

“art. 36. Para ser promovido de classe, o Auditor deverá ter cumprido os seguintes requisitos:

I – interstício de dois anos de efetivo exercício na classe;

II – ter graduação em curso superior”.

Assim, a julgadora de primeiro grau com certeza entendeu que aqueles interessados haviam sido promovidos sem o cumprimento daqueles requisitos e questionou a constitucionalidade dos arts. 151 e 153, que restou na suscitação de inconstitucionalidade.

Enfim, a decisão está proferida e a consequência é menos grave do que poderia ser.

Junto ao tribunal local não cabe mais qualquer remédio jurídico.

Ao SINDAFEP não é permitido integrar a instância por qualquer das vias, quais sejam “Amicus Curie” ou Terceiro Interessado.

A nosso ver, cabe aos interessados interpor Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF) e utilizar dos fundamentos contidos no Voto Vencido e nos precedentes havidos em julgamentos de situações semelhantes.

Não podemos ignorar, mas é possível dizer que esta declaração de inconstitucionalidade, com certeza, refletirá nas atuais ações em andamento e naquelas que venham a ser propostas.

Diretoria Executiva Estadual (DEE).



Categoria fiscal impulsiona retomada do crescimento do Paraná

O ano de 2015 foi marcado pela crise econômica que atingiu todo o país. O estado do Paraná também não ficou de fora. O ano já começou com a aprovação do chamado “pacotão” e, no decorrer dos meses, foram várias medidas de ajuste fiscal. Ainda assim, em dezembro foi anunciado pelo governo o crescimento real na receita corrente líquida do Paraná, mas isso só foi possível graças ao empenho da categoria fiscal em trabalhar pela recuperação do estado.

Em meio a um cenário de crise, com medidas de austeridade sendo ampliadas, as cessões de benefícios ao funcionalismo público e as negociações com as entidades representativas dos servidores também foram prejudicadas.

Mesmo diante das dificuldades econômicas e da degradação da imagem da categoria, causada pela generalização feita devido a alguns casos de irregularidades na Receita Estadual, os Auditores Fiscais paranaenses conseguiram superar as barreiras e desenvolver um ótimo trabalho de recuperação de receitas e de retomada de crescimento para o estado.

“O estado do Paraná passou por uma crise financeira nos últimos dois anos, o que inclusive atrapalhou a negociação com o Sindicato e até a implantação de algumas questões

para os Auditores. Mas o trabalho desenvolvido pelo Fisco em relação ao ajuste fiscal está dando resultados”, destaca o vice-presidente sindical do SINDAFEP, Wanderci Polaquini.

RESULTADOS

Para equilibrar as contas estaduais, os Auditores fizeram um rigoroso combate à sonegação fiscal e à inadimplência, melhorando ainda mais as atividades de fiscalização e arrecadação. Com isso, o Paraná foi o único da federação com incremento real de 6,1% na receita corrente e redução de 9,2% na despesa corrente, já descontada a inflação.

De acordo com dados da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa), no balanço de janeiro a novembro de 2015, a receita tributária aumentou 8,5%.

Com as medidas tomadas para equilibrar as alíquotas de alguns impostos àquelas já praticadas por outros estados, a arrecadação de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cresceu 6,1%; de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), 26,6%; e do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), 37%.

O trabalho também garantiu os pagamentos corretos do funcionalismo público, inclusive com

antecipação do 13º salário para 10 de dezembro.

“Isso mostra o quanto a nossa categoria é importante para o desenvolvimento e crescimento do estado. Com o trabalho e a valorização dos Auditores Fiscais, temos certeza de que conseguiremos melhorar ainda mais os resultados para a sociedade paranaense”, finaliza Polaquini.

MESMO DIANTE DAS DIFICULDADES, OS AUDITORES SUPERARAM AS BARREIRAS E DESENVOLVERAM UM ÓTIMO TRABALHO DE RETOMADA DE CRESCIMENTO PARA O ESTADO.



Projeto que altera o teto do funcionalismo ainda tramita no Congresso

Pela legislação brasileira, o teto remuneratório do funcionalismo público é definido pelo subsídio mensal do ministro do Supremo Tribunal Federal. Em agosto do último ano, foi apresentado ao Congresso Nacional um Projeto de Lei (PL) que visa estabelecer um aumento a este subsídio a partir de janeiro de 2016.

Trata-se do PL 2.646/2015, que pretende fixar o subsídio mensal do ministro do STF em R\$ 39.293,38. O reajuste proposto é de 16,38%, sob a justificativa de que o índice acumulado do resíduo inflacionário solicitado no PL 5.921/2009 não foi contemplado, e valores dos Índices de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apurados de 2009 a 2014 e estimado para 2015.

Em outubro de 2015, o PL recebeu parecer favorável da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (Ctasp), e com isso houve uma confusão de que a nova regra já estaria vigorando.

No entanto, o Projeto ainda aguarda parecer do relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), para então seguir para a apreciação do Plenário da Câmara dos Deputados, para o Senado e para sanção presidencial, posteriormente.

“Quando se noticiou a aprovação na Ctasp, muitas pessoas acharam que a lei já estava valendo, mas ela ainda está tramitando nas comissões, tem que ir ao

Plenário e ser aprovada para, então, esse teto valer”, esclarece o vice-presidente sindical do SINDAFEP,

Wanderci Polaquini.

Enquanto a matéria não é pautada no Plenário, está em vigor o teto de R\$ 33.763, estabelecido pela lei 13.091, de 12 de janeiro de 2015 – que re-

voga dispositivo da lei 12.771, de dezembro de 2012.

MOVIMENTO

Há anos, o SINDAFEP faz um movimento em conjunto com a Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital junto aos parlamentares em Brasília para acompanhar projetos que interessam ou afetam os direitos da categoria fiscal.

Uma das ações que o Sindicato vem desenvolvendo é fazer o acompanhamento desse PL no Congresso Nacional, com suas discussões, tramitação e possíveis alterações.

“Sempre em conjunto com a Fenafisco, acompanhamos esses projetos em Brasília, e com o PL 2.646/2015 não é diferente. Já está sendo até desenvolvido um estudo sobre os impactos disso”, destaca Polaquini.

ENQUANTO O PL AINDA NÃO É PAUTADO NO PLENÁRIO, ESTÁ EM VIGOR O TETO DE R\$ 33.763, ESTABELECIDO PELA LEI 13.091, DE 12 DE JANEIRO DE 2015.



Competência e autoridade feminina à frente do Fisco de Umuarama

Mesmo em uma carreira predominantemente masculina como a de Auditor Fiscal, muitas mulheres se destacam por seu profissionalismo e competência no trabalho realizado pela sociedade paranaense. Este é o caso da Auditora Alessandra Valéria Braz e Silva, que hoje atua como delegada da 11ª Delegacia Regional da Receita (DRR), em Umuarama.

Com quase 20 anos de trajetória no Fisco paranaense, Alessandra conta que a profissão foi a melhor escolha para sua vida laboral.

“O mais importante é ter amor pelo trabalho, fazer o melhor que pudermos, e as oportunidades aparecem. Sou muito feliz como Auditora Fiscal”, destaca Alessandra.

TRABALHO

Desde que ingressou no Fisco, em 1996, ela já foi para a regional de Umuarama trabalhar na área de fiscalização, no posto fiscal. Ao longo dos anos, atuou principalmente com a arrecadação, como apoio da Inspeção Regional de Arrecadação (IRA) e, posteriormente, como inspetora por mais de dez anos.

Em julho de 2015, foi indicada ao cargo de delegada regional pelo diretor da CRE, Gilberto Calixto. Para ela, o anúncio veio como uma grande surpresa e um novo desafio na carreira.



“Esse trabalho está sendo muito gratificante, é um recomeço dentro da Receita. Como delegada, tenho uma visão mais abrangente de toda a instituição e aprendo várias coisas novas”, conta Alessandra.

Hoje, a delegada é responsável por gerenciar uma equipe de 49 Auditores e 30 agentes fazendários, distribuídos em quatro agências em Cianorte, Umuarama, Campo Mourão e Palotina. A 11ª DRR é uma das maiores regionais do estado, contemplando 62 municípios.

Para conseguir fazer o trabalho com qualidade e atender bem ao contribuinte, Alessandra estruturou uma equipe capacitada e experiente, com autonomia para trabalhar e garantir o funcionamento das funções.

“Trabalho com um pessoal muito bom, companheiros, que têm bastante tempo de experiência. Fazemos trabalho em equipe, cada um conhe-

ce uma área específica e juntamos tudo isso para fazer um bom atendimento”, afirma.

LIDERANÇA FEMININA

Atualmente, Alessandra é a única mulher a ocupar o cargo de delegada na Receita do estado do Paraná, a quarta em toda a história do Fisco. De acordo com ela, o reconhecimento das colegas de trabalho a motivou ainda mais a desempenhar um trabalho cada vez melhor.

“Percebi que as colegas Auditoras se sentiram representadas e orgulhosas por ter uma mulher no cargo. Geralmente são só homens, mas mostramos que aos poucos a mulher também vai assumindo cargos de comando. Acho que, para subir na carreira, não depende do sexo e sim da capacidade pessoal e da competência”, ressalta Alessandra.

Mobilizações do Fisco no Congresso Nacional

Para melhorar a carreira e os direitos do Fisco, a Fenafisco realiza diversas intervenções junto aos Poderes, em busca da aprovação de legislações e ferramentas que auxiliem o trabalho da categoria e deem mais garantias a suas ações.

Para articular essas mobilizações, o trabalho é feito em conjunto entre a Federação e seus sindicatos filiados. Antes de encerrar 2015, foi feita mais uma dessas articulações, com reuniões entre os dirigentes sindicais em 1º, 2, 8 e 9 de dezembro.

O foco das discussões se voltou para a Proposta de Emenda à Constituição 186/2007, o Projeto de Lei 3.123/2015, o Projeto de Lei Complementar 330/2006 e o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2007.

No primeiro dia do encontro, a reunião foi realizada na sede da Fenafisco, em Brasília, e serviu como momento preparatório para os diretores debaterem e definirem estratégias de ação junto aos parlamentares.

Já nos outros três dias, os representantes do Fisco foram ao Congresso Nacional para acompanhar os projetos de interesse da categoria, buscando nova rodada de contatos e reuniões com as lideranças partidárias.

No entanto, de acordo com o diretor de Assuntos Parlamentares e Rela-



ções Institucionais da Fenafisco, Guilherme Pedrinha, o acesso a alguns setores do Congresso estava vedado e as visitas não lograram êxito devido às conturbações no Legislativo – ocorridas em vista da crise política e dos pedidos de impeachment abertos contra a presidente, Dilma Rousseff, e o presidente da Câmara, Eduardo Cunha.

Como as atividades no Congresso ainda estão retomando o ritmo, a Federação deverá avaliar as novas mobilizações e estratégias a serem adotadas neste ano, para garantir conquistas nas lutas do Fisco.

“Ainda em janeiro teremos reunião da diretoria para discutirmos as ações estratégicas para 2016. Precisamos avaliar isso, porque, nesse momento delicado, qualquer movimento nosso pode colocar tudo a perder”, esclarece o diretor da Fenafisco.

PROJETOS

O principal projeto discutido e que vem sendo alvo de luta da Federação é a aprovação da PEC 186/2007, conhecida como PEC da Eficiência, que deve instituir a Lei Orgânica da Administração Tributária e, com isso, fixar regras que garantam mais autonomia e eficiência à Administração Tributária no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Na reunião preparatória, também foi discutida a luta pela aprovação das emendas apresentadas ao PL 3.123/2015, que disciplina o teto remuneratório no serviço público; do PLP 330/2006, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial a servidores públicos; e do PLC 30/2007, que trata do direito de agentes públicos portarem arma de fogo.

SINDAFEP participa de workshop sobre o Pacote Antissonegação

Entre 17 e 18 de fevereiro, o SINDAFEP participou de importantes debates relacionados à sonegação fiscal, durante o workshop Pacote Antissonegação, realizado em Florianópolis.

A sonegação é um problema que atinge grande parte do Brasil e deixa os cofres públicos com muita defasagem de recursos que poderiam ser investidos em serviços para a população. Ao combater a sonegação, é possível acabar com uma das principais fontes que alimenta a corrupção.

O evento, promovido pela Fenafisco, contou com diversas palestras e debates, além de Grupos de Trabalho (GTs) que debateram sobre assuntos de interesse da categoria e realizaram propostas a serem encaminhadas durante a luta da Federação neste ano.

O objetivo foi estudar alternativas para aumentar a arrecadação, sem aumento de impostos, e definir o papel do Fisco nas ações voltadas à disseminação e sensibilização de toda a sociedade para combater o problema da sonegação fiscal.

“Defendemos uma nova fórmula de arrecadação progressiva, bem como instrumentos mais eficazes para monitoramento e combate à sonegação fiscal”, destacou o presidente da Fenafisco, Manoel Isidro dos Santos Neto.



PALESTRAS

Diversos especialistas e autoridades no assunto participaram das palestras para ajudar o Fisco na elaboração e execução das estratégias de combate ao crime financeiro, que desvia, anualmente, mais de R\$ 500 bilhões dos cofres nacionais.

Entre os temas tratados estiveram: Processo Tributário e seus Problemas – Visões do MP e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); O Judiciário e as Ações de Execução Fiscal e Penais por Crimes Tributários; Comitê Institucional de Recuperação de Ativos – a Experiência do Mato Grosso; Aspectos Econômicos e Políticos da Sonegação Fiscal; e Evasão Fiscal no mundo e no Brasil – causas e consequências.

Modernizar o modelo de arrecadação do Brasil foi uma das necessidades apontadas durante o

workshop. “Se existe sonegação fiscal, boa parte ocorre por essa teia tributária complexa que, em muitos casos, obriga o contribuinte a cometer sonegações involuntárias. Simplificar a arrecadação é um ponto chave no combate à sonegação”, frisou o coordenador do Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária (COT) e membro da OAB, Giovanni Andrei Franzoni Gil.

A Proposta de Emenda à Constituição 186/2006 foi apontada nos debates como uma das principais medidas que auxiliarão no combate à sonegação fiscal, ao trazer mais transparência na arrecadação de tributos e melhores condições para a fiscalização, além de reduzir a brecha para a corrupção.

O autor da Proposta e deputado federal, Décio Lima, também se somou aos debates e contribuiu na defesa da PEC 186/2006.

Ato administrativo

SINDAFEP

ATO Nº 01/2016

SÚMULA: Reajusta o valor da anualidade das Taxas de Manutenção, Reativação e Transferência de títulos da Colônia de Férias para o exercício de 2016.

A Diretoria Executiva Estadual do SINDAFEP – Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 36, § 2º, do Estatuto Social;

RESOLVE:

Reajustar os valores das taxas de manutenção, da taxa de reativação e de transferências de títulos em poder de sócios quotistas usuários, conforme as disposições do artigo 101 do citado Estatuto.

1. DIREITO DE UTILIZAÇÃO E TAXA DE MANUTENÇÃO.

O direito de utilização da Colônia de Férias de Guaratuba é assegurado ao Usuário que tiver quitado regularmente a Taxa de Manutenção, nos valores e prazos estabelecidos:

1.1. O valor da Taxa de Manutenção referente ao exercício de 2016 será de R\$ 1.980,00 (hum mil novecentos e oitenta reais). Podendo ser pago na seguinte forma:

Prazos de pagamento	Valor de pagamento
Pagamento à vista	30/04/2016 - R\$ 1.881
Pagamento em 02 parcelas	30/04/2016 – R\$ 990 30/08/2016 – R\$ 990
Pagamento em 06 parcelas	30/04/2016 – R\$ 330 30/05/2016 – R\$ 330 30/06/2016 – R\$ 330 30/07/2016 – R\$ 330 30/08/2016 – R\$ 330 30/09/2016 – R\$ 330

Observação: A falta de pagamento nos prazos acima estabelecidos incidirá multa de 2% ao mês e juros de R\$ 0,45 ao dia

1.2. Será vedada a utilização da Colônia de Férias ao Usuário que tenha anualidade em atraso;

1.3. O não pagamento da Taxa de Manutenção por 02 anos consecutivos resultará em exclusão do usuário quotista e consequente suspensão do título;

1.4. Os títulos suspensos poderão ser reativados dentro do prazo de 02 anos após a data da suspensão mediante o pagamento das Taxas de Manutenção vencidas até a data da reativação e mais a Taxa de Reativação tratada no item 2 seguinte.

2. TAXA DE REATIVAÇÃO.

Para regularização do título com Taxas de Manutenção em atraso por dois ou mais exercícios, o Usuário deverá efetuar o pagamento da Taxa de Reativação, as Taxas de Manutenção atrasadas e do exercício em curso.

2.1. O valor da Taxa de Reativação será de 05 (cinco) salários mínimos vigente.

2.2. O pagamento das referidas taxas poderá ser parcelado em até 4 (quatro) parcelas.

2.3. Decorrido o prazo de cinco anos sem que tenha havido qualquer manifestação do Usuário, o Título será cancelado;

3. TRANSFERÊNCIA DE TÍTULOS.

3.1. O título deverá estar ativo e em dia com as obrigações financeiras;

3.2. O titular do Título deverá requerer a transferência identificando o destinatário;

3.3. O destinatário do título deverá ser aprovado pela Diretoria Executiva Estadual (DEE) do SINDAFEP;

3.4. O destinatário deverá pagar a Taxa de Transferência equivalente a 01 (um) salário mínimo nacional;

3.5. Caso o destinatário do título não seja aprovado pela Diretoria Executiva Estadual, o interessado poderá entrar com recurso ao Conselho de Representantes Sindicais, cujo recurso deverá ser apreciado na 1ª reunião ordinária.

4. DOCUMENTAÇÃO HÁBIL PARA TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE:

4.1. Se pessoa Jurídica;

4.1.1. Originais ou cópias autenticadas do Contrato Social e a última alteração.

4.1.2. Requerimento de transferência assinado pelo titular do Título com firma reconhecida ou procuração por instrumento público outorgada pelo titular com o fim específico de transferência de titularidade;

4.1.4. Título original ou documento equivalente.

4.2. Se pessoa física:

4.2.1. Cópia da Carteira de Identidade e CPF do titular do Título;

4.2.2. Requerimento de transferência assinado pelo titular do Título com firma reconhecida ou procuração por instrumento público outorgada pelo titular com o fim específico de transferência de titularidade;

4.2.3. Título original ou documento equivalente

4.3. O destinatário do Título deverá apresentar os seguintes documentos:

4.3.1. Cópia autenticada do RG e do CPF;

4.3.2. Comprovante de endereço atualizado;

4.3.3. Preencher ficha de cadastro.

5. DISPOSIÇÕES FINAIS:

5.1. As cobranças das Taxas de Manutenção deverão ser feitas através da rede bancária;

5.2. As reativações de Títulos serão feitas, obrigatoriamente, na presença de uma das partes;

5.3. Os casos omissos serão submetidos à apreciação da DEE, e encaminhados ao CRS – Conselho de Representantes Sindicais, conforme dispõe o Estatuto do SINDAFEP.

6. ESTE ATO ENTRARÁ EM VIGOR NESTA DATA, FICANDO REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

Curitiba, 14 de janeiro de 2016.

José Carlos Carvalho

Presidente

Nilce Costa de Oliveira

Nascentes

Vice-Presidente de Administração

.....

PGP-PR

Lançamento do PGP-PR traz o Trabalho como desafio das políticas públicas em 2016

Pensando em melhorar a vida da população paranaense, pelo quarto ano consecutivo, o SINDAFEP promove o Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR), para incentivar projetos de administração pública cada vez melhores em nosso estado.

Vinte e três de fevereiro foi a data que marcou a cerimônia de lançamento do 4º PGP-PR, realizada no Plenário da Alep, com a presença de parlamentares, Auditores Fiscais, entidades parceiras e diversas autoridades.

O trabalho dos Auditores Fiscais em busca de boas iniciativas foi destacado pelo presidente do SINDAFEP, José Carlos Carvalho, durante a cerimônia de abertura. “Solicito um empenho extra no desenvolvimento desse Prêmio, sem vocês ele não acontece, e os municípios não terão suas boas atividades descobertas”, afirmou.

TRABALHO

Trabalho: O município promove. O Paraná avança é o tema desta quarta edição do PGP-PR, que foi escolhido para fomentar ações de desenvolvimento do trabalho nos municípios, diante da conjuntura nacional de recessão e desemprego crescentes.

Para o coordenador-geral do PGP-PR, Laerzio Chiesorin Junior, a escolha do tema deverá promover o desenvolvimento da pessoa humana e melhores condições de vida às famílias, levando progresso às comunidades.



“O momento atual exige dos administradores públicos – municipais especialmente, pois são os que sofrem de perto os resultados maléficos do desemprego –, ações que busquem estimular a iniciativa privada a criar postos de trabalho, melhorar a formação e aumentar a produtividade dos trabalhadores – tudo num contexto de restrições orçamentárias”, esclarece o coordenador-geral.

APOIO E PRESTÍGIO

Mais de 40 parlamentares participaram da cerimônia de lançamento do PGP-PR, que tem a Assembleia como uma das apoiadoras da premiação.

“Dentro desse novo contexto, cada vez mais se exige dos gestores racionalidade, inteligência e construção de propostas sólidas, que possam oferecer alternativas positivas, perenes, eficazes e duradouras. Nós só podemos

elogiar a iniciativa do SINDAFEP”, afirmou o presidente do Legislativo, Ademar Luiz Traiano.

Vários deputados também declararam apoio ao Prêmio. “Além de incentivar e sensibilizar os gestores, o PGP-PR permite a troca de experiências. É uma semente que vem gerando ótimos resultados e que coloca uma postura de gestão preocupada com a eficiência pública e a transparência”, mencionou Guto Silva (PSC).

Apoiadores e patrocinadores do PGP-PR participaram do início dessa nova edição, por acreditarem nos benefícios reais trazidos à sociedade. “O Prêmio dá a oportunidade de enxergarmos que há, sim, iniciativas positivas a serem observadas e repetidas no que tange à administração pública no Brasil”, apontou o presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), Diogo Roberto Ringenberg.

DESENVOLVIMENTO

A importância de fomentar o desenvolvimento de projetos nas regiões mais carentes do estado foi frisada durante o lançamento. “Temos, no Paraná, 399 municípios; apenas em torno de uma dúzia são grandes. Os pequenos municípios são como filhos adotivos: o estado é o pai, porque toda a sua receita pública é compartilhada com os municípios, a União é a madrasta, porque não compartilha a receita. As obrigações dos municípios são cada vez maiores e os recursos menores; os prefeitos têm que fazer milagres”, afirmou Carvalho.

Para os apoiadores do PGP-PR, ajudar os municípios em suas políticas é parte fundamental do Prêmio. “Prezamos pela melhoria da gestão pública e do cidadão no processo, porque uma grande parte dos municípios do Paraná tem dificuldade de fazer a gestão de suas ações”, destacou o coordenador de atendimento a municípios da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar), Gilmar C. Tesseroli.

EVOLUÇÃO DO PRÊMIO

Para o Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Tributária do Estado do Rio Grande do Sul (Sindifisco-RS), detentor da marca Prêmio Gestor Público, o Paraná está conseguindo desenvolver seus trabalhos e alcançar bons projetos, acima da expectativa. “Acompanhamos o Paraná mais de perto nas três primeiras edições; a partir de agora, cedemos um pouco, porque vocês já

mostraram que estão fazendo muito bem”, comentou a diretora de Assuntos de Aposentados e Pensionistas do Sindifisco-RS, Virginia Cano.

Com os bons exemplos destacados nos últimos anos, a Fenafisco está incentivando, cada vez mais os Auditores a desenvolverem esse projeto.

“A Fenafisco adotou essa iniciativa para que todas as entidades do Fisco possam multiplicar a prática de reconhecer e motivar os gestores públicos no desenvolvimento de projetos voltados ao bem-estar de suas comunidades, considerando o fator criatividade, possibilidade de replicação em outras regiões e escassez de recursos. Se é bom para a sociedade é bom para o Fisco de todo o Brasil”, exaltou o diretor de Aposentados e Pensionistas da entidade, Celso Malhani de Souza.

PRÓXIMOS PASSOS

Com o lançamento já realizado, de 1º de março a 1º de agosto, ficará aberto o prazo para a inscrição de projetos pelos prefeitos e gestores municipais. Poderão ser inscritas iniciativas em qualquer área das funções de governo previstas na portaria 42/1999 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Mpog).

Para verificar o andamento dos projetos, de 1º de abril a 30 de setembro, os avaliadores realizarão visitas aos municípios e, de 3 a 11 de outubro, farão as apresentações ao Comitê Técnico.

Os melhores projetos das quatro categorias, serão escolhidos entre 24 e 31 de outubro pela Comissão Julgadora. A grande premiação está prevista para 22 de novembro.



PGP-PR

Telêmaco Borba recebe o Prêmio de Tecnologia da Informação do PGP-PR

Em 7 de dezembro, os gestores de Telêmaco Borba, que receberam o troféu Prêmio Gestor Público – Tecnologia da Informação do 3º PGP-PR, foram celebrados pela Celepar. A premiação foi o acesso ao Sistema de Manutenção de Veículos (SMV), pelo projeto *Telêmaco Borba Digital*.

“Saber que estamos fazendo uma ação e transformando a vida das pessoas nos enobrece muito, principalmente nesse momento em que se fala muito de inclusão digital. Nosso primeiro passo será cobrir a cidade totalmente com sinal gratuito, com baixo custo para os cofres públicos”,



afirmou o prefeito de Telêmaco Borba, Luiz Carlos Gibson.

Além dele, estiveram presentes na reunião o presidente da Celepar, Jac-

son C. Leite, o presidente do SINDAFEP, José C. Carvalho, o coordenador-geral do PGP-PR, Laerzio C. Junior, entre outras autoridades.

Comitê Técnico do PGP-PR define estratégias e atividades para 2016

Dando início aos trabalhos da quarta edição do PGP-PR, em 25 de janeiro, o Comitê Técnico se reuniu na sede antiga do SINDAFEP para debater ações e estratégias para este ano.

O principal ponto discutido no encontro foi a definição da identidade visual e da comunicação da premiação, com a criação de logo, conceito, slogan e todos os elementos que deverão integrar os materiais de divulgação.

Além disso, foram discutidas as estratégias de divulgação interna e externa da cerimônia de lançamento. Para os trabalhos deste ano, foram dis-



cutidas, ainda, a atuação dos Auditores Fiscais avaliadores de cada região do estado, com a atualização do quadro,

bem como a divisão das regionais sob responsabilidade de atuação de cada integrante do Comitê Técnico.

A aposentadoria chegou, é hora de descansar

Depois de 34 anos dedicados à carreira no Fisco, a tão esperada aposentadoria é o momento de descansar e colocar em prática planos pessoais, deixados de lado por causa da correria do dia a dia de trabalho. Assim está sendo a vida do Auditor Fiscal aposentado João Ramos da Silva.

Desde outubro de 2015, Silva está aproveitando o começo da aposentadoria para se dedicar à leitura, ao estudo e a muitas viagens.

“Cada um tem que ter um projeto para que consiga viver bem com si próprio. Não dá para ficar sem fazer nada; desde que me aposentei, não fiquei um dia parado. Estamos inativos em relação ao trabalho, se levarmos isso para a nossa vida, não conseguimos ser felizes”, destaca o Auditor.

CARREIRA NO FISCO

Como almejava construir uma carreira no Estado, em 1982, Silva fez o concurso público para a Receita Estadual e entrou para a família fiscal.

Curitiba foi onde ele começou os trabalhos, na inspetoria de fiscalização; depois, foi para Cornélio Procópio, como inspetor regional; voltou para Curitiba para atuar no projeto de informatização do auto de infração, e ainda trabalhou como

assessor administrativo e de Recursos Humanos (RH) – em que ficou até encerrar a carreira.

Ao longo de sua atuação, Silva participou de alguns importantes projetos, como a coordenação do planejamento de reestruturação da carreira dos Auditores Fiscais. paranaenses

“Eu sempre pensei em sair quando tivesse completado toda a carreira da estrutura técnica do Fisco, consegui entrar na carreira e sair no fim dela como assessor – um cargo abaixo da direção –, completei todos os quinquênios possíveis e cumpri todos os meus projetos pelo Fisco”, frisa.

Aos 62 anos, Silva acredita que já cumpriu seus projetos de trabalho e agora precisa se dedicar aos pessoais. “Tem que sair enquanto se tem condição e disposição para fazer isso. Com a idade, vem uma série de problemas, então quando se completa sua missão no trabalho é hora de focar na vida pessoal.”

VIAGENS

Agora que se aposentou, Silva conta que seu desejo é passar pelo menos um ano descansando e viajando com a esposa, também aposentada.

“Durante toda a minha carreira, nunca tirei licença especial, por isso não tive tempo de sair e viajar. Já es-



tamos com os dois filhos formados, então está na hora de aproveitar”, afirma.

Um dos principais destinos planejados em sua rota é os Estados Unidos. Mas Silva conta que também tem muita vontade de conhecer a Europa, passando pela Itália – para conhecer as origens da família da esposa –, pela Inglaterra, entre outros lugares.

ESTUDO

Um dos principais hobbies de Silva durante a aposentadoria é a leitura. Segundo ele, a falta de tempo durante a época de trabalho o impedia de dedicar muitas horas a esta prática, mas agora o momento está sendo de aprendizagem.

Ensinar crianças carentes é projeto de vida de Auditor Fiscal

Acreditando que as crianças são o futuro da nossa nação e que merecem ter boas perspectivas na vida, independentemente de sua situação social e familiar, desde 2007 o Auditor Fiscal Silmar Lepinski vem dedicando sua vida à educação de crianças carentes de Ponta Grossa.

Fundador do Centro Educacional Infantil Vitor Maciel Lepinski, hoje o Auditor ajuda mais de 140 crianças a construir uma boa base para seu futuro, por meio da alfabetização de crianças de um ano e meio a cinco anos, em situação de risco e vulnerabilidade social.

“Esse trabalho é muito gratificante, é algo que me completa. Graças a Deus estamos bem estruturados, temos um bom emprego, então o mínimo que temos que fazer pelo próximo é cuidar bem das crianças e direcioná-las para o caminho certo”, destaca.

COMO COMEÇOU

Depois de perder seu filho, há 12 anos, Lepinski começou a fazer trabalho social com crianças da comunidade aos sábados, oferecendo alimentação, vestuário, práticas esportivas, entre outras atividades.

Mas, como a demanda foi muito grande, o Auditor decidiu mobilizar seus colegas para criar um centro de educação infantil – que posteriormente recebeu o nome de seu filho



–, para poder atender melhor à comunidade.

“Fizemos bazares, rifas, jantares beneficentes, tivemos a ajuda de alguns colegas da Receita Estadual e com os recursos arrecadados construímos a estrutura do centro. Escolhemos a dedo uma região bem carente da cidade, que não tinha sequer uma escola e era dominada pelo tráfico, e deu muito certo”, lembra.

Além de Silmar, outros quatro Auditores Fiscais de Ponta Grossa ajudaram na criação do Centro e ainda hoje trabalham voluntariamente na direção e no conselho fiscal da instituição.

O trabalho começou com 60 crianças e foi se ampliando até chegar às atuais 143 atendidas, e ainda há uma fila de espera com mais de 150 crianças aguardando a disponibilidade de vagas.

FUNCIONAMENTO

A prioridade de atendimento da instituição, de acordo com Lepinski, são as crianças muito carentes, que não têm estrutura nem apoio familiar. Para analisar a real necessidade, um grupo faz uma visita às casas dos que querem se matricular para ver as condições da família.

“Nosso foco são crianças em situação de risco, independentemente do trabalho dos pais; se a mãe é garota de programa, se o pai é presidiário, os filhos não têm culpa. Entendemos que nós temos que atender com prioridade às crianças que não têm família. A segunda prioridade é para casos de pais que trabalham o dia todo para dar condições melhores para seus filhos”, esclarece o Auditor.

“Tem muitas crianças cujos pais ainda são envolvidos com o tráfico, mas pelo menos quando elas estão

dentro da escola estão recebendo uma educação diferente do que se estivessem nas ruas ou nesses ambientes”, destaca.

As crianças atendidas pelo Centro Educacional desenvolvem atividades em período integral, das 7h20 às 17h, e hoje o espaço já está com a capacidade máxima de atendimento.

A estrutura do Centro conta com cinco salas de aula, brinquedoteca, biblioteca, secretaria, sala dos professores, sala da pedagoga, refeitório, cozinha, lavanderia, almoxarifado, uma pequena quadra esportiva coberta e parquinho de areia.

O centro também se preocupa com a nutrição das crianças e, por isso, oferece quatro refeições diárias para os alunos: café da manhã, lanche, almoço e janta.

“Muitas dessas crianças só se alimentam ali mesmo. Percebemos isso quando elas chegam no outro dia e estão morrendo de fome de novo”, conta o Auditor.

TRABALHO PELO FUTURO

Segundo Lepinski, a maioria das crianças atendidas já ingressa no ensino municipal, para estudar no primeiro ano. Mas, com a base que tiveram no Centro Educacional – muitas delas saem alfabetizadas –, a continuidade dos estudos é facilitada e elas acabam se destacando frente às outras que já haviam iniciado o ensino municipal.

“Hoje vejo crianças que estudaram conosco no começo e que já



estão indo para o primeiro grau. São crianças inteligentes e que realmente queriam estudar. Ver isso é muito gratificante; alguém que estava em um caminho obscuro finalizar os estudos e poder ter uma vida melhor. Ainda quero vê-los entrando na faculdade”, declara.

AJUDA

Para se manter, a instituição conta com o apoio de alguns parceiros e pessoas solidárias, mas boa parte dos recursos precisa ser captado para garantir o funcionamento do Centro.

De acordo com Silmar, muitos Auditores Fiscais de Ponta Grossa ajudam a instituição, além dos que atuam voluntariamente; alguns contribuem com a doação de recursos para a compra de insumos.

Os professores e demais funcionários são mantidos por meio de um convênio realizado com a prefeitura municipal – que destina um valor limitado, oriundo do Ministério da Educação (MEC), para arcar com a folha de pagamento e os encargos.

Para a merenda escolar, o município contribui com 30% dos alimentos utilizados, e para os demais, Lepinski busca doações, além de já ter conseguido apoio de uma empresa de carnes.

Quem tiver interesse em colaborar também pode melhorar a vida dessas crianças por meio de doações em dinheiro ou mesmo alimentos e outros produtos – segundo o Auditor, a instituição consome, só de leite, cerca de 250 litros por mês.

Para ajudar, basta entrar em contato pelos telefones (42) 3223-8276 ou (42) 8402-0136.

A PRIORIDADE DE ATENDIMENTO DA INSTITUIÇÃO, DE ACORDO COM LEPINSKI, SÃO AS CRIANÇAS MUITO CARENTES, QUE NÃO TÊM ESTRUTURA NEM APOIO FAMILIAR.

Novas turmas do curso de inclusão digital estão previstas para este ano

Nos últimos anos, o SINDAFEP vem investindo em novas atividades voltadas aos aposentados e pensionistas. O curso de inclusão digital é uma delas, que fez sucesso e voltará em 2016 com novas turmas previstas para março.

Realizado pelo Sindicato em parceria com o Programa do Voluntariado Paranaense (Provopar Estadual) e a Celepar, o curso é de nível básico. Nele, os participantes aprendem a usar o computador e a mexer nos principais programas e na internet.

“Este curso é para a introdução da pessoa idosa na informática. Normalmente, os idosos têm muito medo de lidar com o computador, então ensinamos a eles desde as coisas mais básicas”, esclarece Adriana Gava, do departamento de projetos do Provopar.

Uma novidade para este ano é que a Celepar está trabalhando em um projeto de curso mais avançado, que, segundo Adriana, foi demandado pelos próprios alunos.

Os interessados devem entrar em contato com o SINDAFEP pelo tele-

fone (41) 3221-5300 e falar com a assistente social Inês.



Aberto o prazo de retirada dos convites do Dia Internacional da Mulher

Audidores Fiscais ativos e aposentados já podem retirar seus convites para o 27º Encontro do Dia Internacional da Mulher, promovido pelo SINDAFEP. O prazo iniciou em 22 de fevereiro e vai até 8 de março.

Para prestar sua homenagem a todas as mulheres, o SINDAFEP marcará a data com o tradicional jantar dançante, na noite de 11 de março.

O salão social da Sociedade Thalia, será o palco de mais essa festa da família fiscal, que contará com um cardápio especialmente selecionado e música ao vivo.



Os convites para os filiados ao SINDAFEP e seus cônjuges não têm custo algum. Já para convidado de filiado, o

valor é de R\$ 80. Os ingressos são limitados e não serão vendidos no local. Não será permitida a entrada sem eles.